

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

139 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 17 a 21/10/2022

1. CONSELHO EUROPEU	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
Consequências sociais e económicas da guerra na Ucrânia - energia	2
COP27	2
Espaço Schengen	2
Prémio Sakharov 2022	3
Prémio Daphne Caruana Galizia 2022	3
3. ENERGIA: PREÇOS DO GÁS E APROVISIONAMENTO	3
4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	4
5. COMISSÕES PARLAMENTARES SOBRE O FUTURO	5
6. COMISSÃO EUROPEIA PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2023	6
7. COMISSÃO EUROPEIA INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS	7
8. COMISSÃO EUROPEIA ENERGIA	7
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho (Agricultura e Pescas)	8
Conselho dos Negócios Estrangeiros	8
Conselho (Assuntos Gerais)	8
Cimeira Social Tripartida	8
Reunião informal dos ministros dos Transportes	9
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. CONSELHO EUROPEU

Teve lugar, a 20 e 21 de outubro de 2022, uma reunião do [Conselho Europeu](#) que, como consta da [carta de convite](#) do Presidente desta instituição, Charles Michel, foi dedicada aos seguintes temas: a crise energética, especialmente as três linhas de ação definidas: reduzir a procura, garantir a segurança do aprovisionamento e conter os preços; a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia; e um debate estratégico sobre a China. A nota de enquadramento está disponível [aqui](#) e o live blog do *Politico* [aqui](#).

No que diz respeito à **energia e economia**, o Conselho Europeu adotou conclusões (disponíveis [aqui](#)), sendo de destacar o pedido à Comissão e ao Conselho para que apresentem urgentemente decisões concretas sobre medidas adicionais, assim como sobre as propostas apresentadas pela Comissão (Cfr. ponto 3):

- **aquisições conjuntas voluntárias de gás**, consoante as necessidades nacionais, explorando o peso coletivo de mercado da União;
- até ao início de 2023, um **novo índice de referência complementar** que reflita de forma mais exata as condições do mercado do gás;
- um **corredor de preços dinâmico e temporário** para as transações de gás natural a fim de limitar imediatamente os episódios de preços excessivos do gás;
- um **quadro temporário da UE destinado a limitar o preço do gás** utilizado para a produção de eletricidade;
- **melhoria do funcionamento dos mercados da energia** a fim de aumentar a transparência do mercado;
- mais rápida **simplificação dos procedimentos de concessão de licenças** a fim de acelerar a implantação das energias renováveis e das redes conexas, nomeadamente por meio de medidas de emergência;
- **medidas de solidariedade energética** em caso de perturbações no aprovisionamento de gás a nível nacional, regional ou da União, na ausência de acordos bilaterais de solidariedade;
- intensificação dos esforços para **poupar energia**;
- mobilização dos instrumentos pertinentes a nível nacional e da UE para **aumentar a resiliência das economias** e preservar a competitividade da Europa a nível mundial.

Os dirigentes convidaram a Comissão a acelerar os trabalhos relativos à reforma estrutural do mercado da eletricidade, incluindo uma avaliação de impacto, e exortaram a que se continue a avançar no sentido de uma plena União da Energia que contribua para o duplo objetivo de alcançar a soberania energética e a neutralidade climática da Europa.

Relativamente à Ucrânia, e de acordo com as [conclusões](#) adotadas, o Conselho Europeu debruçou-se sobre a escalada da guerra de agressão da Rússia contra a país, que está a pôr em perigo a paz e a segurança a nível europeu e mundial. Reafirmou o seu total apoio à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia, exigindo que a Rússia retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares de todo o território da Ucrânia dentro das fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas. Foi ainda feito um apelo à disponibilização, em tempo útil, dos restantes três mil milhões de euros de assistência macrofinanceira à Ucrânia e foi debatida a reabilitação e reconstrução do país.

O Conselho disponibiliza sobre este tema [informação atualizada sobre a resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia](#).

No âmbito das relações externas, o Conselho realizou um **debate estratégico sobre as relações da União Europeia com a China**, debateu os preparativos para a próxima cimeira comemorativa UE-ASEAN (a realizar em 14 de dezembro de 2022), fez o balanço dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2022 (COP27) e condenou o uso

injustificável e inaceitável da força pelas autoridades iranianas contra manifestantes pacíficos, em especial contra as mulheres, e congratula-se com as medidas restritivas da UE adotadas em 17 de outubro de 2022 contra os autores dessas graves violações dos direitos humanos.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Teve lugar esta semana a segunda sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo este mês, destacando-se os seguintes debates:

Consequências sociais e económicas da guerra na Ucrânia - energia

Os deputados debateram com o Conselho e a Comissão Europeia as [consequências sociais e económicas da guerra na Ucrânia](#), tendo a Presidência do Conselho e a Comissão destacado as medidas já em vigor para assegurar fontes alternativas de fornecimento de energia, reduzir a sua procura e fazer face aos elevados preços do mercado da eletricidade e do gás. Os deputados apelaram a uma maior proatividade da Comissão na abordagem ao atual choque de preços, devendo a UE trabalhar num pacote de solidariedade para o inverno, variando as propostas entre transferências fiscais para compensar os preços da energia, medidas de proteção dos cidadãos e empresas, amortecimento das taxas de juro variáveis sobre hipotecas, evitando-se medidas fiscais nacionais que distorçam a concorrência no mercado único. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

COP27

O PE aprovou uma [resolução](#) com as suas exigências para a [Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas \(COP 27\)](#), que terá lugar no Egito, de 6 a 18 de novembro. Os deputados consideram que as crises do clima e da biodiversidade são dos desafios mais importantes que a humanidade enfrenta. A resolução afirma que a guerra da Rússia contra a Ucrânia e as suas consequências tornam ainda mais urgente a transformação do sistema energético mundial. Os deputados pediram à UE e a todas as nações do G20 que demonstrem liderança mundial e se comprometam a alcançar metas mais ambiciosas de redução das emissões antes da COP 27. A UE e outros países também deverão atualizar os respetivos [contributos determinados a nível nacional](#) em conformidade. Foi ainda destacado que a UE é quem mais contribui para o financiamento da luta contra as alterações climáticas, assim como a posição do Parlamento sobre o [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço \(MACF\)](#).

Espaço Schengen

O PE adotou também uma resolução (547 votos a favor, 49 contra e 43 abstenções) que prevê que o [Conselho adote uma decisão sobre a adesão da Roménia e da Bulgária ao espaço de livre circulação Schengen até ao final de 2022](#). Os deputados criticaram o facto de o Conselho não ter ainda tomado uma decisão sobre este assunto, apesar de os dois países terem há muito preenchido as condições necessárias. Salientaram que a manutenção de controlos nas fronteiras internas é discriminatória e tem um sério impacto na vida dos trabalhadores e dos cidadãos, e que, ao obstruir as importações, exportações e o livre fluxo de mercadorias dos portos de carga, prejudica-se também o mercado único da UE.

Prémio Sakharov 2022

[O povo ucraniano, representado pelo seu presidente, venceu o prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2022](#), tendo a Presidente do PE referido que «*O prémio é para os Ucranianos que lutam no terreno. Para aqueles que foram forçados a fugir. Para aqueles que perderam familiares e amigos. Para todos aqueles que se erguem e lutam por aquilo em que acreditam. Sei que o corajoso povo da Ucrânia não vai desistir e nós também não.*». A entrega do Prémio Sakharov vai decorrer no dia 14 de dezembro em Estrasburgo.

Prémio Daphne Caruana Galizia 2022

Os jornalistas Clément Di Roma e Carol Valade receberam o [Prémio Daphne Caruana Galizia 2022](#) do PE pelo documentário “*República Centro-Africana: a capacidade de influência russa*”.

O documentário é uma coprodução Découpages/Arte GEIE, originalmente [transmitido no programa Arte Reportage](#) em francês, alemão e inglês. Foi também difundido no canal [France 24](#) e [publicado no jornal francês Le Monde](#).

O Prémio Daphne Caruana foi lançado em dezembro de 2019 por decisão da Mesa do Parlamento Europeu, em homenagem a Daphne Caruana Galizia, jornalista de investigação anticorrupção e *blogger* maltesa que foi assassinada num atentado com um carro armadilhado em 2017.

O Prémio recompensa anualmente (no aniversário do assassinato de Daphne Caruana Galizia) o jornalismo de excelência, que promova ou defenda os princípios fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos. Podem candidatar-se jornalistas profissionais ou equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, apresentando artigos de fundo publicados ou difundidos nos meios de comunicação social, sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade, da igualdade e da oportunidade.

O PE adotou esta semana uma resolução sobre o progresso das questões do Estado de direito, da corrupção e do crime organizado em Malta, disponível [aqui](#).

3. ENERGIA: PREÇOS DO GÁS E APROVISIONAMENTO

A Comissão Europeia propôs esta semana um [novo regulamento de emergência para fazer face aos elevados preços do gás na UE e garantir a segurança do aprovisionamento](#) este inverno mediante:

- **Agregação da procura na UE e compra conjunta de gás para negociar melhores preços** e reduzir o risco de os Estados-Membros licitarem uns contra os outros no mercado mundial, garantindo concomitantemente a segurança do aprovisionamento em toda a UE;
- Prosseguimento do trabalho de **criação de um novo índice de referência do preço do GNL até março de 2023** e, entretanto, da proposta de um mecanismo de correção dos preços para estabelecer um limite dinâmico dos preços das transações na bolsa de gás TTF, assim como uma banda temporária, para evitar aumentos bruscos extremos de preços nos mercados de derivados;
- **Regras de solidariedade genéricas entre os Estados-Membros em caso de escassez de aprovisionamento**, alargando a obrigação de solidariedade aos Estados-Membros sem ligações diretas por gasoduto, para envolver no processo também os Estados-Membros que disponham de instalações de GNL, assim como uma proposta de criação de um mecanismo

de atribuição de gás, destinado aos Estados-Membros afetados por uma emergência de aprovisionamento de gás a nível regional ou da União Europeia.

Estas medidas permitirão melhorar a estabilidade dos mercados europeus do gás a partir deste inverno e atenuar a pressão sobre os preços sentida pelos cidadãos europeus e pela indústria europeia.

4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Demos nota, na [Síntese n.º 135](#), dos trabalhos em curso ao nível do Conselho sobre o seguimento a dar a várias [questões relativas à Conferência sobre o Futuro da Europa, nomeadamente](#) a avaliação técnica preliminar abrangente das 49 propostas da conferência e das suas 326 medidas conexas. Além disso, demos nota de que, a 27 de julho de 2022, a Presidência checa do Conselho distribuiu às delegações um questionário com o objetivo de permitir às delegações partilhar os seus pontos de vista iniciais sobre três questões, tendo a Presidência, na véspera do Conselho, circulado uma síntese preliminar¹ das respostas das delegações recebidas.

O Conselho de Assuntos Gerais desta semana debateu esta matéria (cfr. ponto 9), tendo sido circulada uma nota da Presidência checa para orientação do debate², que recordava que a 9 de junho de 2022, o PE havia adotado uma resolução apelando à abertura de “*uma Convenção para a revisão dos Tratados*”, nos termos do artigo n.º 48 do TUE (disponível [aqui](#)). O parágrafo 3 desta resolução assinala que a Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (AFCO) deve preparar propostas de emendas aos Tratados, no que diz respeito às propostas da Conferência que assim o exijam. A informação disponível sugere que tal relatório poderia ser adoptado pelo Parlamento Europeu no início de 2023.

Além disso, o n.º 6 da resolução contém e apresenta, em conformidade com o n.º 2 do artigo 48º do TUE, duas propostas concretas de alteração dos Tratados ao Conselho³.

A 27 de julho de 2022, em resposta às duas cartas enviadas pelo Presidente do PE sobre esta matéria, o Conselho tomou nota desta resolução, e afirmou o seu compromisso relativamente aos resultados da Conferência. A Presidência nota, ainda, que nos termos do n.º 2 do artigo 48º do TUE, as propostas de alteração dos Tratados apresentadas pelo Governo de qualquer Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu ou pela Comissão “*serão submetidas ao Conselho Europeu pelo Conselho, devendo os Parlamentos nacionais ser notificados*”. O artigo 48º do TUE não contém qualquer disposição específica quanto ao calendário dessa apresentação, e o Conselho dispõe de uma certa discricção a este respeito, a fim de assegurar a eficácia processual e evitar a duplicação de processos.

Por conseguinte, os ministros debateram o calendário para a sua apresentação ao Conselho Europeu e notificação dos Parlamentos nacionais.

Considerando que, como referido, o PE solicitou à Comissão AFCO que preparasse propostas de novas alterações ao Tratado para aplicar os resultados da Conferência, os ministros, durante o debate,

¹ Documento LIMITE 12277/22

² Documento LIMITE 12849/22.

³ Estas duas propostas concretas propõem a alteração do [Artigo 29.º do TUE](#): «O Conselho adota decisões que definem a abordagem global de uma questão específica de natureza geográfica ou temática pela União. *Sempre que uma decisão preveja a interrupção ou a redução, total ou parcial, das relações económicas e financeiras com um ou mais países terceiros, o Conselho delibera por maioria qualificada.* Os Estados-Membros zelarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições da União.» e do [Artigo 48.º, n.º 7](#), quarto parágrafo, do TUE: «Para a adoção destas decisões, o Conselho Europeu delibera *por maioria qualificada, tal como definida no artigo 238.º, n.º 3, alínea b)*, do TFUE, após aprovação do PE, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem concedida por maioria dos membros que o compõem.»

concordaram amplamente que seria adequado aguardar que o Parlamento concluísse esses trabalhos antes de transmitir as duas propostas específicas já recebidas.

Vários ministros referiram que a maioria das propostas da Conferência podem ser implementadas ao abrigo do atual quadro dos Tratados e consideraram que, nesta fase, deveria ser dada prioridade a essas propostas. Outros referiram que, no contexto dos desafios urgentes resultantes da guerra da Rússia contra a Ucrânia, era importante concentrar toda a energia no desenvolvimento de soluções para os problemas práticos com que os cidadãos europeus estão a ter de lidar e que seria necessário mais tempo para efetuar uma avaliação abrangente antes de se iniciar um processo de alteração dos Tratados.

Mikuláš Bek, Ministro para os Assuntos Europeus da República Checa (Presidência em exercício) referiu que *«O Conselho está plenamente empenhado em assegurar que seja dado o melhor seguimento possível às propostas da Conferência. A grande maioria delas – até 95 % – pode ser implementada tirando partido de todo o potencial dos Tratados atuais. É importante centrar a atenção neste trabalho, a fim de dar um seguimento positivo e concreto aos desejos dos cidadãos num prazo relativamente curto.»*.

O Deputado ao Parlamento Europeu e co-Presidente da Conferência, Guy Verhofstadt, enviou uma [carta](#) ao Ministro dos Assuntos Europeu checo, salientando que *«de acordo com artigo 48º do Tratado da União Europeia, o Conselho é obrigado a apresentar estas propostas diretamente ao Conselho Europeu (...) [ficando] surpreendido por saber que o Conselho está a deliberar sobre quando enviar a proposta do Parlamento ao Conselho Europeu, e ainda mais que o Conselho esteja a considerar uma votação sobre este assunto.»*.

Foi ainda debatida a organização do evento de retorno da Conferência, que constituirá uma ocasião importante para informar os cidadãos sobre o seguimento que as três instituições estão a dar aos resultados da Conferência. Carecendo ainda de confirmação oficial, este evento deverá realizar-se no início de dezembro.

5. COMISSÕES PARLAMENTARES SOBRE O FUTURO

A **Cimeira Mundial das Comissões do Futuro** foi organizada em Helsínquia, a 12-13 de outubro de 2022. Reuniu, pela primeira vez, as **comissões parlamentares cujas responsabilidades estão relacionadas com a revisão dos desenvolvimentos futuros a longo prazo**. Para além da Finlândia, participaram na Cimeira comissões dos seguintes parlamentos: Áustria, Canadá, Chile, Estónia, Islândia, Lituânia, Paraguai, Filipinas, Polónia, Tailândia, Uruguai, e Vietname.

Os detalhes desta Conferência estão disponíveis [aqui](#) e foi aprovada uma declaração conjunta, que pode ser consultada [aqui](#). A nota de imprensa está igualmente [disponível](#).



Na declaração conjunta, as Comissões participantes notam que **pretendem assegurar que o diálogo parlamentar internacional sobre o futuro que acaba de ser iniciado irá continuar**, sendo que este fórum proporciona aos parlamentares a oportunidade de discutir questões transnacionais que requerem uma maior orientação para o futuro na tomada de decisões. A declaração conjunta encoraja a criação de novas comissões do futuro em diferentes parlamentos.

O objectivo desta Cimeira era promover uma troca de impressões e informação entre as Comissões do Futuro de diferentes países uns aos outros e identificar os tópicos para discussão em conjunto. Aqui, destaca-se o futuro da democracia, a fé dos jovens no futuro, o futuro da inteligência artificial, as possibilidades da tecnologia numa transição verde justa e a promoção de um futuro igual.

Além disso, as Comissões decidiram enviar a Declaração Conjunta a todos os Parlamentos do mundo para que fosse criada uma comissão sobre o futuro no maior número possível de Parlamentos.

A Comissão para o Futuro do Parlamento finlandês, anfitriã da reunião, foi fundada no Parlamento finlandês, em 1993, e foi a primeira comissão parlamentar do mundo a tratar da política futura.

6. COMISSÃO EUROPEIA | PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2023

A Comissão Europeia adotou o seu [programa de trabalho para 2023](#), definido uma agenda ambiciosa que visa dar resposta às crises que afetam a vida quotidiana dos europeus, bem como reforçar os esforços para realizar as transformações ecológicas e digitais em curso e tornar a União Europeia mais resiliente.

O programa de trabalho prevê 43 novas iniciativas estratégicas associadas aos seis principais objetivos definidos nas [orientações políticas](#) da presidente von der Leyen e que se baseiam no seu [discurso sobre o estado da União de 2022](#) e na sua [carta de intenções](#). Muitas das principais iniciativas do programa de trabalho têm igualmente por base os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Destacam-se assim nos seis objetivos prioritários várias medidas:

1. **Pacto Ecológico Europeu**, salientando uma reforma geral do mercado da eletricidade da UE, incluindo a dissociação do preço da eletricidade do preço do gás, e a criação de um novo Banco Europeu do Hidrogénio, além da redução da quantidade de resíduos e o seu impacto ambiental, com especial destaque para os resíduos alimentares e têxteis;
2. **Uma Europa preparada para a era digital**, com a adoção de medidas da UE para garantir um acesso adequado e diversificado às matérias-primas essenciais necessárias para promover a resiliência digital e económica da Europa;
3. **Uma economia ao serviço das pessoas**, através da revisão do sistema de governação económica, uma revisão intercalar do orçamento da UE para 2021-2027 e uma segunda série de novos recursos próprios, definição dos princípios de um euro digital e a atualização do quadro para estágios de qualidade para abordar questões como a remuneração justa e o acesso à proteção social, a fim de reforçar a resiliência social da Europa;
4. **Uma Europa mais forte no mundo**, com a apresentação da estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa, bem como uma nova estratégia de segurança marítima da UE, assim como a nova agenda para revitalizar as relações com a América Latina e as Caraíbas e cooperação com os países candidatos dos Balcãs Ocidentais e com a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia, tendo em vista a sua futura adesão à União;
5. **Promoção do modo de vida europeu**, atualizando o quadro da UE em matéria de mobilidade para fins de aprendizagem, nova legislação em matéria de digitalização dos

documentos de viagem da UE e facilitação das viagens e desenvolvimento de uma abordagem abrangente da saúde mental;

6. **Um novo impulso para a democracia europeia**, através da apresentação de um pacote sobre a defesa da democracia, que incluirá uma iniciativa relativa à proteção do espaço democrático da UE de interesses estrangeiros e do colmatar das acunas existentes a nível da proteção jurídica contra a discriminação com base na origem racial ou étnica.

7. COMISSÃO EUROPEIA | INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

A Comissão propôs também ao Conselho que aumente a [resiliência das infraestruturas críticas da Europa](#). O projeto de recomendação visa **maximizar e acelerar os esforços para proteger as infraestruturas críticas em três setores prioritários: preparação, resposta e cooperação internacional**, com o reforço do papel da Comissão no que respeita ao apoio e coordenação da preparação e resposta das atuais ameaças e cooperação mais estreita entre os Estados-Membros e os países terceiros da vizinhança.

A UE tem um papel especial a desempenhar no que diz respeito às infraestruturas transfronteiriças ou que prestam serviços transfronteiras e que, por conseguinte, afetam os interesses de vários Estados-Membros. A Comissão encoraja assim os Estados-Membros a realizar **testes de resistência** das entidades que gerem as infraestruturas críticas, com base numa série de princípios desenvolvidos a nível da UE. Estes testes serão complementados pela elaboração de um plano sobre os incidentes e crises a nível das infraestruturas críticas. Pretende-se ainda reforçar a capacidade de alerta precoce e dar resposta a perturbações das infraestruturas críticas através do Mecanismo de Proteção Civil da União e a cooperação com os principais parceiros e países vizinhos.

8. COMISSÃO EUROPEIA | ENERGIA

Além das medidas já referidas (Cfr. ponto 3), a Comissão Europeia apresentou um [plano de ação que evidencia como as novas tecnologias podem contribuir para melhorar a eficiência na utilização de recursos energéticos](#), facilitar a integração das energias renováveis na rede e diminuir os custos para os consumidores e as empresas do setor da energia da UE. Destacam-se assim as principais ações para digitalizar o sistema energético:

- **ajudar os consumidores a aumentar o controlo sobre o consumo e as faturas de energia**, graças a novas ferramentas e serviços digitais, com um quadro de governação sólido para um espaço comum europeu de dados sobre a energia;
- **controlar o consumo de energia do setor das TIC**, incluindo por via de um sistema de rotulagem ambiental para os centros de dados, de uma etiqueta energética para computadores, de medidas destinadas a aumentar a transparência do consumo energético dos serviços de telecomunicações e de uma etiqueta de eficiência energética para tecnologias de cadeias de blocos;
- **reforçar a cibersegurança das redes de energia por meio de nova legislação**, incluindo um código de rede para os aspetos de cibersegurança dos fluxos transfronteiriços de eletricidade ao abrigo do Regulamento Eletricidade da UE, e de uma recomendação do Conselho com vista ao reforço da resiliência das infraestruturas críticas.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

No âmbito das [pescas](#), os ministros chegaram a um acordo político sobre as possibilidades de pesca no mar Báltico para 2023, com base nos pareceres científicos mais recentes e nos objetivos da política comum das pescas, por forma a assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Os ministros forneceram ainda orientações à Comissão para preparar a posição da UE na reunião da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico. No que diz respeito à [agricultura](#), foi debatida a situação do mercado no contexto da invasão da Ucrânia, com enfoque no aumento dos preços dos produtos e fatores de produção agrícolas essenciais, aumento dos preços da energia e dos fertilizantes, a par de outros desafios do setor como as condições meteorológicas adversas. Apelaram assim à adoção de novas medidas da UE, incluindo a prorrogação dos auxílios estatais e a necessidade de um limite máximo mais elevado.

Conselho dos Negócios Estrangeiros

A reunião focou-se sobretudo na [troca de pontos de vista sobre a agressão da Rússia contra a Ucrânia](#), tendo os ministros ouvido o ministro dos negócios estrangeiros ucraniano sobre os últimos desenvolvimentos e as prioridades da Ucrânia e acordado estabelecer uma missão de assistência militar da UE para apoiar as forças armadas ucranianas e alocar mais 500 milhões de euros através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. O Conselho reafirmou também uma abordagem multifacetada em relação à China, adotou medidas restritivas contra 11 indivíduos e 4 entidades do Irão, discutiu as eleições na Bósnia-Herzegovina e debateu a situação no Líbano e o conflito na Etiópia.

Conselho (Assuntos Gerais)

Além das questões relativas à Conferência sobre o Futuro da Europa (Cfr. ponto 4), nesta [reunião](#) foram trocadas opiniões sobre o **projeto de conclusões da reunião do Conselho Europeu** dos dias 20 e 21 de outubro. Os ministros receberam informações atualizadas sobre a situação no que diz respeito ao [Estado de direito na Polónia](#) e realizaram um debate de orientação sobre a proposta do Parlamento Europeu de [revisão das regras da UE que regem as eleições do PE](#), assinalando o seu apoio geral aos esforços para aumentar a afluência às urnas nas eleições para o Parlamento Europeu e reforçar a sua legitimidade democrática, encontrando-se as principais dificuldades na **criação de um círculo eleitoral à escala da UE baseado em listas transnacionais** e no **candidato cabeça de lista para a escolha do presidente da Comissão**. Foram também manifestadas reservas quanto às diferentes sugestões para harmonizar os processos eleitorais em toda a UE, salientando a **necessidade de dispor de flexibilidades que respeitem as tradições eleitorais**.

Cimeira Social Tripartida

Os dirigentes da UE e parceiros sociais debateram o tema [Fazer face à crise energética e à crise do custo de vida: como proteger a economia](#), as empresas e os trabalhadores, focando-se as intervenções na avaliação do impacto da guerra sobre a atual situação socioeconómica, nas medidas para fazer face à crise energética e nas medidas de apoio económico e social para fazer face à crise do custo de vida.

As principais intervenções encontram-se disponíveis [aqui](#).

Reunião informal dos ministros dos Transportes

Os [principais temas em debate](#) prenderam-se com o desenvolvimento do transporte ferroviário, sobretudo linhas de alta velocidade e os investimentos nesta área com base em fundos europeus, a futura configuração da rede RTE-T e os preços da energia no setor.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana no Parlamento Europeu será dedicada às atividades das [comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [26 de outubro](#), destacando-se (1) o *pacote sobre poluição zero: Gestão integrada dos recursos hídricos – listas revistas de poluentes da superfície e de águas subterrâneas, Qualidade do ar — revisão das regras da UE, Revisão da diretiva em matéria de tratamento de águas residuais urbanas* e (2) o *Regulamento sobre Pagamentos instantâneos*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 24.10: [Conselho \(Ambiente\)](#)
- 25.10: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#)

Bruxelas | 21 de outubro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).